

Estudo Técnico Preliminar 32/2023

1. Informações Básicas

Número do processo: 08200.013080/2023-13

2. Descrição da necessidade

A gestão de contratos na Administração Publicação Federal está disciplinada em diversos dispositivos legais e infralegais, a exemplo de instruções normativas e acórdãos do Tribunais de Contas. Além disso, demanda conhecimentos interdisciplinares dos agentes públicos em áreas como direito administrativo, direito constitucional, direito civil, direito trabalhista e orçamento público.

Ademais, a lei n. 14.133/2021 reformulou os regramentos a serem observados no âmbito das licitações e contratações públicas. Dessa forma, cabe aos servidores atuantes na área de licitações e gestão contratual atualizar seus conhecimentos, a fim de continuar exercendo as atividades relacionadas às compras públicas de forma eficiente.

Outrossim, as unidades de compras e gestão de contratos da Polícia Federal distribuídas em todo o país são responsáveis por um alto volume de aquisição de equipamentos, insumos estratégicos e contratação de serviços necessários às finalidades institucionais do órgão. Devido à natureza do órgão, bem como seu elevado orçamento anual, essas contratações são caracterizadas por notável complexidade e alto volume de recursos financeiros empregados. Por esses fatores, verifica-se que os servidores atuantes nessas funções na Polícia Federal precisam estar dotados de conhecimentos técnicos e teóricos, a fim de garantir que as contratações estratégicas do órgão sejam realizadas com a qualidade necessária e de forma célere e econômica.

Assim, o aprofundado conhecimento a respeito de todo o arcabouço jurídico e técnico referente ao tema das contratações públicas é necessário para que os servidores da Polícia Federal continuem atuando com segurança jurídica. Dessa maneira, poderão mitigar a possibilidade de ocorrência de erros que possam ocasionar responsabilizações funcionais, bem como prejuízos ao erário.

Ademais, com a aquisição desses conhecimentos será possível planejar, realizar e gerenciar contratações de serviços e bens de maneira eficiente, eficaz e efetiva, de forma a trazer para a Administração as melhores soluções disponíveis no mercado a um custo vantajoso e econômico.

Contudo, para que seja possível promover um desempenho técnico eficaz por parte dos servidores atuantes nos setores de compras públicas, é de imprescindível importância que a Administração possua uma gestão que tenha como um de seus objetivos principais a capacitação continuada de seus servidores. Cabe ressaltar que as ações de capacitação dos servidores envolvidos nos setores de compras públicas devem estar pautadas na confiabilidade e aplicabilidade dos seus conteúdos, bem como a adequação dos mesmos aos princípios da Administração.

Nesse cenário, o 10º CONTRATOS WEEK- Semana Nacional de Estudos Avançados em Contratos Administrativos- surge como um dos principais eventos do calendário nacional de capacitação de servidores públicos que atuam na área de contratações públicas. Isso porque o referido evento promove uma imersão em estudos avançados sobre contratos administrativos, por meio de palestras e oficinas que abordam os principais e mais sensíveis temas e nuances relacionados aos procedimentos públicos de contratação, com base na legislação, doutrina e jurisprudência acerca do tema.

O treinamento é necessário para que os agentes públicos possam executar de maneira eficiente e segura as rotinas dos processos de acompanhamento e fiscalização dos contratos públicos, seguindo os mandamentos que regem a matéria no âmbito da Administração Pública Federal. Outrossim, a participação de agentes públicos em um seminário de abrangência nacional proporciona uma imensa troca de experiência e o intercâmbio de informações entre servidores de diversos órgãos e autarquias das esferas federal, estadual e municipal.

Tendo em vista que temas relacionados a contratações públicas possuem grande complexidade, faz-se necessário que os servidores participantes do evento tenham dedicação exclusiva ao mesmo durante sua realização. Nesse sentido, conforme pesquisa realizada pelo Serviço de Compras- SECOM/DICON, com servidores do órgão, 72,4% dos participantes afirmaram que, quando participam de cursos na modalidade Ead de capacitação, precisam dividir sua atenção entre as aulas virtuais e as suas obrigações laborais. Essa divisão de atenção pode tirar o foco dos servidores do curso e ser responsável pela não obtenção

de conhecimentos importantes repassados durante as aulas. Dessa forma, verifica-se que a modalidade presencial da capacitação é necessária para que os servidores participantes possam obter máximo aproveitamento no aprendizado dos conteúdos a serem ministrados no evento.

Outrossim, verifica-se que a modalidade presencial da capacitação possibilita maior troca de experiências profissionais com servidores de outros órgãos e com os palestrantes do evento, fator que auxilia na resolução de dúvidas pontuais e específicas de cada servidor, bem como o conhecimento de boas práticas aplicadas na condução de processos relacionados às compras públicas.

Ademais, a participação da maioria dos servidores gestores da Polícia Federal que atuam nas áreas atinentes faz-se necessária para permitir a uniformização dos procedimentos no órgão, em conformidade com as atuais recomendações da AGU, CGU e TCU. Além disso, cada servidor capacitado funcionará como multiplicador de conhecimento em sua unidade gestora de lotação, que precisa de profissionais capacitados para o fiel desempenho de suas funções

O 10º CONTRATOS WEEK- Semana Nacional de Estudos Avançados em Contratos Administrativos- caracteriza-se por não ser apenas um curso de repetição de conhecimentos, isso porque envolve a participação de servidores em temas que abrangem assuntos afetos a vários setores da Administração Pública. Além disso, o evento conta com a presença de doutrinadores e profissionais renomados no país, os quais trazem em suas palestras as novidades legislativas, doutrinárias e jurisprudenciais a respeito do tema.

Ressalta-se ainda que, nos setores de contratos, é comum o recebimento de pedidos de esclarecimentos advindos de outras unidades do Órgão, as chamadas áreas demandantes das contratações. Assim, embora a denominação do evento induza à atuação apenas dos Gestores, as oficinas envolvem temas como formalização dos documentos integrantes da contratação, os ciclos da fiscalização, aditivos, sanções administrativas e rescisão. Como esse temas são de grande interesse, verifica-se plausível a participação não somente dos servidores que atuam diretamente na gestão e fiscalização contratual, mas de agentes públicos lotados em outros setores, todos em busca de aprimoramento na gestão pública.

É importante ressaltar que a participação reduzida de servidores sob o argumento de que estes sejam multiplicadores do conhecimento no âmbito nacional não convém ao caso, devido à diversidade de oficinas e palestras que ocorrem diariamente em horários simultâneos, com temas específicos por áreas de interesse, o que inviabiliza o repasse uniforme e abrangente das informações por um pequeno grupo de servidores. Além disso, a participação de gestores e fiscais lotados nas diversas regiões do país, dentre as unidades centrais e descentralizadas da Polícia Federal, contribui para a difusão do conhecimento e a troca de experiência entre servidores da Polícia Federal e de diversos outros órgãos federais, estaduais e municipais.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
CGAD/DLOG/PF	Deborah Afonseca Rodrigues

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

O 10º CONTRATOS WEEK- Semana Nacional de Estudos Avançados em Contratos Administrativos- tem por objetivo difundir e atualizar os conhecimentos necessários à realização da gestão contratual, desde a fase de planejamento da contratação até a fase de execução contratual, de forma que esses conhecimentos possam levar os servidores a aplicarem com efetividade os princípios da Administração Pública, especialmente os da economicidade e eficiência, fortalecendo o alicerce do interesse público.

Tomando por base as recomendações da doutrina e da jurisprudência de Órgãos de Controle e Tribunais Superiores, a capacitação deverá subsidiar os agentes públicos com as melhores práticas a serem adotadas na fiscalização e em procedimentos típicos da gestão contratual.

O serviço será solicitado mediante Nota de Empenho, a ser enviada por correspondência eletrônica (e-mail), sendo obrigatória a confirmação de recebimento pela empresa.

A participação dos servidores na referida capacitação ficará condicionada ao envio da Nota de Empenho a Contratada.

A empresa deverá dispor de professores/palestrantes com notória especialização e experiência comprovada em compras públicas no âmbito da Administração Pública Federal.

A contratada deverá prover o local para realização do treinamento em ambiente amplo, limpo e arejado, com espaço suficiente para abrigar todos os participantes, fornecendo materiais de apoio, como lápis, caneta, bloco de anotações e apostila com os

temas a serem abordados. Além das instalações físicas e do material de apoio, todos os equipamentos e recursos tecnológicos para o bom andamento do treinamento serão custeados pela contratada, que detém expertise para quantificar e qualificar os objetos essenciais ao desenvolvimento das atividades e à interatividade dos participantes, com vistas ao melhor aproveitamento dos temas abordados.

O curso de capacitação deverá ser ministrado de acordo com o Cronograma do Curso.

O evento ofertará um total de 10 (dez) oficinas, 10 (dez) palestras e 1 (um) painel, o que possibilita a capacitação direcionada à dificuldade do servidor em relação ao exigido pela sua unidade de lotação..

Cada servidor participará, em tese, de 2 (duas) oficinas, 10 (dez) palestras e 1 (um) painel. Dessa forma, viabiliza-se a participação do grupo de servidores em todas as oficinas do evento, mas não se esgotam as possibilidades individuais de combinações possíveis, que fazem parte da complementação do aprendizado necessário a cada profissional e proporcionam a necessidade de integração e debates entre os participantes no decorrer das atividades do Evento.

Em relação à natureza do serviço, o artigo 16 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05/2017 define serviços de natureza não continuada como aqueles que impõem aos contratados o dever de realizar a prestação de um serviço específico em um período predeterminado, podendo ser prorrogado, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto, observadas as hipóteses previstas no § 1º do art. 57 da Lei nº 8666, de 1993.

Assim, como o evento pleiteado ocorrerá em um período predeterminado, mais precisamente entre os dias 12 a 16 de junho de 2023, é notório o enquadramento como serviços não continuados.

A experiência nas contratações anteriores permite dispensar a formalização de instrumento contratual, possibilitando a substituição do instrumento por Nota de Empenho, pois o serviço se enquadra na categoria de não continuado, cuja obrigação encerra com a execução e aceite pela Administração Pública, sem riscos para defeitos ou vícios detectados após a execução dos serviços.

5. Levantamento de Mercado

A solução viável para contratação do evento é através de inexigibilidade de licitação, pois o curso conta com metodologia única e uma carga horária de 30 horas voltada especificamente ao estudo das contratações públicas, contando com materiais de apoio exclusivos.

A Lei 8.666/93, em seu artigo 25, inciso II, c/c artigo 13, permite que a contratação de empresa visando a capacitação dos servidores formalize-se através da Inexigibilidade de Licitação, em especial para a contratação de serviço exclusivo, conforme transcrição abaixo:

“Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

(...)

II - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;

(...)

§ 1o Considera-se de notória especialização o profissional ou empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica, ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

Art. 13. Para os fins desta Lei, consideram-se serviços técnicos profissionais especializados os trabalhos relativos a:

(...)

VI - treinamento e aperfeiçoamento de pessoal.”

Em decisão n.º 578/2002 do Plenário do Tribunal de Contas da União, a Corte de Contas assim se pronunciou:

“Considere que as contratações de professor, conferencistas ou instrutores para ministrar cursos de treinamento ou aperfeiçoamento de pessoal, bem assim a inscrição de servidores para participação de cursos abertos a terceiros, enquadram-se na hipótese de inexigibilidade de licitação prevista no inciso II do art. 25, combinado com o inciso VI do art. 13 da Lei n.º 8.666/1993”.

Cumpra esclarecer que o Instituto Negócios Públicos é uma empresa nacional que atua no mercado de capacitação dos servidores envolvidos na área das compras públicas e gestão de contratos há mais de 15 anos. Ressalta-se que a contratada é uma referência no quesito treinamento, em se tratando de licitações e contratos. Além disso, os palestrantes da contratada são profissionais renomados, com currículos e expertise no tema, o que os coloca dentre os mais gabaritados no assunto em comento.

Trata-se de evento **ÚNICO**, não havendo similar no mercado, o qual ocorre uma vez ao ano, contando com materiais de apoio exclusivos, os quais combinados com o uso de recursos tecnológicos, contribuem para interatividade e aproveitamento dos temas abordados.

Por todo o exposto, destaca-se a contratação do referido evento por inexigibilidade de licitação, com fulcro no art. 25, inc. II, da Lei 8.666/93.

A singularidade do referido evento é verificada no momento em que se constata que, no calendário anual de capacitação de servidores públicos, o mesmo é único a possibilitar estudos avançados sob o conjunto completo de temas necessários à atividade de gestão contratual na Administração Pública, e não à apenas a um tema tomado isoladamente.

Dessa maneira, os participantes do evento terão orientações técnicas de doutrinadores renomados a respeito dos seguintes temas: Implantação e monitoramento de diretrizes para gestão de contratos administrativos; Contratação de serviços continuados com foco nos resultados: mecanismos que podem ser adotados; Análise sobre a possibilidade de anulação ou a opção de saneamento dos vícios contratuais; Contratos internacionais e suas peculiaridades; A manutenção do equilíbrio da equação econômico-financeira contratual e os artefatos legais; Cumprimento das obrigações contratuais como condicionante para os pagamentos; Deficiências na fiscalização e superfaturamento na execução dos contratos: um atentado aos objetivos do processo licitatório; Gestão de risco e os contratos de serviços e fornecimentos contínuos; Governança, controles e riscos na gestão dos contratos administrativos; dentre outros.

Desta forma, o sucesso do curso depende de profissionais com expertise no assunto, com didática e domínio dos mais variados temas que circundam o assunto. Neste sentido, o evento conta com a participação de doutrinadores e profissionais renomados no país, como: Paulo Reis, Ronny Charles, Karine Machado, Lindineide Cardoso, Eduardo Guimarães, Rafael Sérgio, Luciano Reis, Christianne Stroppa, dentre outros.

6. Descrição da solução como um todo

O evento ocorrerá nos dias 12 a 16 de junho de 2023, no hotel Mabu Thermas Grand Resort, localizado na cidade de Foz do Iguaçu- PR.

A carga horária do evento é de 30 (trinta) horas.

Serão cinco dias de evento, totalizando 30 horas de capacitação. Realizado no período da manhã das 08h00 às 12h00, e a tarde das 14h às 18h00. Excepcionalmente, segunda-feira das 16h às 18h00 e sexta-feira das 8h00 às 12h00.

Ficará a cargo da contratada a responsabilidade em prover todos os meios necessários para a execução do evento.

Serão oferecidas 10 (dez) oficinas, 1(um) painel e 10 (dez) palestras, podendo os servidores efetuarem sua inscrição nas duas oficinas que mais lhe interessarem.

Cada servidor participará, em tese, de 2 (duas) oficinas, 1(um) painel e 10 (dez) palestras.

A empresa contratada disponibilizará os materiais didáticos e de apoio necessários ao bom andamento do evento e, ao final, fornecerá certificado de participação no Evento e nas Oficinas escolhidas;

A contratada deverá providenciar almoço aos servidores participantes do curso nos dias 13, 14, 15 e 16/06, bem como 2 coffes break nos dias 13, 14 e 15/06 e 1 coffe break no dia 16/06, bem como jantar no dia 12/06.

Os conteúdos a serem ministrados encontram-se relacionados na programação do curso, disponível no site do evento <http://www.negociospublicos.com.br>.

Palestras a serem ministradas:

Implantação e monitoramento de diretrizes para gestão de contratos administrativos;

Contratação de serviços continuados com foco nos resultados: mecanismos que podem ser adotados;

Análise sobre a possibilidade de anulação ou a opção de saneamento dos vícios contratuais;

Contratos internacionais e suas peculiaridades;

A manutenção do equilíbrio da equação econômico-financeira contratual e os artefatos legais;

Cumprimento das obrigações contratuais como condicionante para os pagamentos;

Deficiências na fiscalização e superfaturamento na execução dos contratos: um atentado aos objetivos do processo licitatório;

Gestão de risco e os contratos de serviços e fornecimentos contínuos;

Governança, controles e riscos na gestão dos contratos administrativos.

Oficinas a serem ministradas:

Aplicação de sanções administrativas aos licitantes e aos contratados: regras legais, condução do processo e consequências;

Contratos de fornecimento e de serviços continuados: diferenças, prazos e cautelas;

As linhas de defesa e o programa de gestão de risco nas execuções contratuais;

Implantação e gestão dos artefatos de conta vinculada e de pagamento pelo fato gerador: como escolher, como aplicar e como garantir o interesse público;

Aditivos em contratos de fornecimento contínuo, de serviço contínuo e serviços não contínuos: como aplicar adequadamente as regras legais;

Aditivos em contratos de obras e serviços de engenharia: regras particulares e aplicação prática;

Regras de governança e de gestão por competências: como aplicá-las adequadamente aos processos de contratação;

Aditivos em contratos de fornecimento contínuo, de serviço contínuo e serviços não contínuos - como aplicar adequadamente as regras legais;

Prova pericial e a ação judicial nos contratos administrativos;

Atuação da assessoria jurídica e do controle interno na fiscalização dos contratos: distinções entre orientações e tomada de decisões.

JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

Por se tratar de evento de capacitação, único no mercado, não há como parcelar o objeto do contrato, não podendo haver divisibilidade.

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS EM TERMOS DE ECONOMICIDADE E DE MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS OU FINANCEIROS DISPONÍVEIS

Após essa ação de capacitação, os setores participantes deverão promover o mapeamento de processos utilizados na análise de demandas relacionadas a seus Contratos, a fim de inserir as técnicas aprendidas ao longo da capacitação, com o escopo de reduzir o risco de erros nas análises e melhorar a efetividade da gestão contratual, atingidos os seguintes objetivos:

Manutenção da atuação da gestão contratual da Polícia Federal em consonância com as orientações dos órgãos de Controle.

Maior eficiência na formulação do planejamento administrativo da contratação de serviços e bens.

Manutenção da qualidade e economicidade das contratações realizadas pela Polícia Federal.

Aprimoramento de técnicas de controle, organização e análise de dados e procedimentos referentes à atividade de fiscalização e gestão contratual.

Mitigação de falhas procedimentais na análise de processos de alterações contratuais e de reequilíbrio econômico financeiro do contrato, evitando majoração indevida de valores na concessão de reajustes ou acréscimos ou revisões.

Maior eficácia nas ações de fiscalização e controle interno da contratação, reduzindo o risco de inexecução contratual.

Redução do risco de responsabilização dos servidores e do órgão pelos órgãos de controle.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Considerando que a Polícia Federal possui 32 unidades gestoras com setores de compras e de gestão de contratos administrativos, distribuídas nas 26 unidades da federação e no Distrito Federal, propõe-se a participação de 84 (oitenta e quatro) servidores da Polícia Federal no mencionado evento.

Esse número de servidores participantes representa uma média menor que 3 servidores por UG, o que representa um número menor do que a ideal demanda de capacitação, tendo em vista que a grande maioria das unidades gestoras possuem mais de 3 servidores atuantes na áreas de licitação e gestão de contratos.

Ademais, verifica-se uma grande demanda de capacitação por parte de servidores que não atuam diretamente nos setores de licitações e contratos da Polícia Federal, mas que necessitam de conhecimentos da área por atuarem como fiscais de contrato e membros de equipes de planejamento das contratações.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 315.000,00

Conforme proposta de preços encaminhada pela organizadora, o evento especificado apresenta valor individual de R\$ 5.399,00 (cinco mil trezentos e noventa e nove reais), com custo total à Polícia Federal de R\$ 315.000,00 (trezentos e quinze mil reais), após desconto de R\$ 138.516,00 (cento e trinta e oito mil quinhentos e dezesseis reais) concedido pela organizadora, para participação de 84 (oitenta e quatro) servidores das diversas Unidades da Polícia Federal. Considerando o referido desconto, verifica-se que o custo unitário da inscrição passa a **R\$ 3.750,00 (três mil setecentos e cinquenta reais)**.

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL BRUTO	DESCONTO	VALOR TOTAL LÍQUIDO	Valor unitário inscrição pós desconto
01	84 (oitenta e quatro) inscrições	R\$5.399,00	R\$453.516,00	R\$138.516,00	R\$315.000,00	R\$ 3.750,00

Ademais, a adequabilidade dos preços encontra-se demonstrada no documento Lici. Mapa Comparativo de Preços SECC/DICON /CGAD/DLOG/PF (28781145).

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Por se tratar de evento de capacitação, único no mercado, não há como parcelar o objeto do contrato, não podendo haver divisibilidade.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Considerando que toda a programação e logística são de responsabilidade da contratada, as providências a serem adotadas pela Administração Pública consistem na indicação prévia dos servidores a serem capacitados e na emissão de diárias e passagens para oportunizar a participação, já que estes são lotados nas unidades gestoras da Polícia Federal em todas as regiões do país.

Por sua vez, tendo em vista que o evento ocorrerá na cidade de Foz do Iguaçu/PR, em local disponibilizado pelo fornecedor, não existe qualquer necessidade de adequação ao ambiente do órgão.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Por todo o exposto, a contratação do evento é importante para atualização e preparo dos servidores responsáveis pelas contratações públicas, principalmente para economia de recursos públicos e atuação esmerada dos envolvidos.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Após essa ação de capacitação, os setores participantes deverão promover o mapeamento de processos utilizados na análise de demandas relacionadas a seus Contratos, a fim de inserir as técnicas aprendidas ao longo da capacitação, com o escopo de reduzir o risco de erros nas análises e melhorar a efetividade da gestão contratual, atingidos os seguintes objetivos:

Manutenção da atuação da gestão contratual da Polícia Federal em consonância com as orientações dos órgãos de Controle.

Maior eficiência na formulação do planejamento administrativo da contratação de serviços e bens.

Manutenção da qualidade e economicidade das contratações realizadas pela Polícia Federal.

Aprimoramento de técnicas de controle, organização e análise de dados e procedimentos referentes à atividade de fiscalização e gestão contratual.

Mitigação de falhas procedimentais na análise de processos de alterações contratuais e de reequilíbrio econômico financeiro do contrato, evitando majoração indevida de valores na concessão de reajustes ou acréscimos ou revisões.

Maior eficácia nas ações de fiscalização e controle interno da contratação, reduzindo o risco de inexecução contratual.

Redução do risco de responsabilização dos servidores e do órgão pelos órgãos de controle.

13. Providências a serem Adotadas

Considerando que toda a programação e logística são de responsabilidade da contratada, as providências a serem adotadas pela Administração Pública consistem na indicação prévia dos servidores a serem capacitados e na emissão de diárias e passagens para oportunizar a participação, já que estes são lotados nas unidades gestoras da Polícia Federal em todas as regiões do país.

Por sua vez, tendo em vista que o evento ocorrerá na cidade de Foz do Iguaçu/PR, em local disponibilizado pelo fornecedor, não existe qualquer necessidade de adequação ao ambiente do órgão.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Considerando que a contratação envolve a prestação de serviço técnico de capacitação e aperfeiçoamento profissional, eminentemente intelectual, salvo melhor juízo, não há impactos ambientais relevantes a demandar tratamento específico.

No entanto, espera-se que a contratada faça a devida destinação das embalagens que envolve os materiais, equipamentos e demais instrumentos acessórios essenciais à prestação dos serviços.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Cumpre esclarecer que o Instituto Negócios Públicos é uma empresa nacional que atua no mercado de capacitação dos servidores envolvidos na área das compras públicas e gestão de contratos há mais de 15 anos. Ressalta-se que a contratada é uma referência no quesito treinamento, em se tratando de licitações e contratos. Além disso, os palestrantes da contratada são profissionais renomados, com currículos e expertise no tema, o que os coloca dentre os mais gabaritados no assunto em comento.

Trata-se de evento **ÚNICO**, não havendo similar no mercado, o qual ocorre uma vez ao ano, contando com materiais de apoio exclusivos, os quais combinados com o uso de recursos tecnológicos, contribuem para interatividade e aproveitamento dos temas abordados.

Por todo o exposto, destaca-se a contratação do referido evento por inexigibilidade de licitação, com fulcro no art. 25, inc. II, da Lei 8.666/93.

A singularidade do referido evento é verificada no momento em que se constata que, no calendário anual de capacitação de servidores públicos, o mesmo é único a possibilitar estudos avançados sob o conjunto completo de temas necessários à atividade de gestão contratual na Administração Pública, e não à apenas a um tema tomado isoladamente.

Dessa maneira, os participantes do evento terão orientações técnicas de doutrinadores renomados a respeito dos seguintes temas: Implantação e monitoramento de diretrizes para gestão de contratos administrativos; Contratação de serviços continuados com foco nos resultados: mecanismos que podem ser adotados; Análise sobre a possibilidade de anulação ou a opção de saneamento dos vícios contratuais; Contratos internacionais e suas peculiaridades; A manutenção do equilíbrio da equação econômico-financeira contratual e os artefatos legais; Cumprimento das obrigações contratuais como condicionante para os pagamentos; Deficiências na fiscalização e superfaturamento na execução dos contratos: um atentado aos objetivos do processo licitatório; Gestão de risco e os contratos de serviços e fornecimentos contínuos; Governança, controles e riscos na gestão dos contratos administrativos; dentre outros.

Desta forma, o sucesso do curso depende de profissionais com expertise no assunto, com didática e domínio dos mais variados temas que circundam o assunto. Neste sentido, o evento conta com a participação de doutrinadores e profissionais renomados no país, como: Paulo Reis, Ronny Charles, Karine Machado, Lindineide Cardoso, Eduardo Guimarães, Rafael Sérgio, Luciano Reis, Christianne Stroppa, dentre outros.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

SERGIO DA SILVA PALMA
AGENTE DE POLÍCIA FEDERAL

DIOGENES RODRIGUES DOS SANTOS
AGENTE DE POLÍCIA FEDERAL